



3º Simulado

SEFAZ AL

Auditor Fiscal da Receita
Estadual - Pós-edital

Simulado Especial

3º Simulado SEFAZ AL – Auditor Fiscal da Receita Estadual

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ AL;
- 2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-05-09-2021>

01 – C E	21 – C E	41 – C E	61 – C E	81 – C E	101 – C E	121 – C E	141 – C E
02 – C E	22 – C E	42 – C E	62 – C E	82 – C E	102 – C E	122 – C E	142 – C E
03 – C E	23 – C E	43 – C E	63 – C E	83 – C E	103 – C E	123 – C E	143 – C E
04 – C E	24 – C E	44 – C E	64 – C E	84 – C E	104 – C E	124 – C E	144 – C E
05 – C E	25 – C E	45 – C E	65 – C E	85 – C E	105 – C E	125 – C E	145 – C E
06 – C E	26 – C E	46 – C E	66 – C E	86 – C E	106 – C E	126 – C E	146 – C E
07 – C E	27 – C E	47 – C E	67 – C E	87 – C E	107 – C E	127 – C E	147 – C E
08 – C E	28 – C E	48 – C E	68 – C E	88 – C E	108 – C E	128 – C E	148 – C E
09 – C E	29 – C E	49 – C E	69 – C E	89 – C E	109 – C E	129 – C E	149 – C E
10 – C E	30 – C E	50 – C E	70 – C E	90 – C E	110 – C E	130 – C E	150 – C E
11 – C E	31 – C E	51 – C E	71 – C E	91 – C E	111 – C E	131 – C E	151 – C E
12 – C E	32 – C E	52 – C E	72 – C E	92 – C E	112 – C E	132 – C E	152 – C E
13 – C E	33 – C E	53 – C E	73 – C E	93 – C E	113 – C E	133 – C E	153 – C E
14 – C E	34 – C E	54 – C E	74 – C E	94 – C E	114 – C E	134 – C E	154 – C E
15 – C E	35 – C E	55 – C E	75 – C E	95 – C E	115 – C E	135 – C E	155 – C E
16 – C E	36 – C E	56 – C E	76 – C E	96 – C E	116 – C E	136 – C E	156 – C E
17 – C E	37 – C E	57 – C E	77 – C E	97 – C E	117 – C E	137 – C E	157 – C E
18 – C E	38 – C E	58 – C E	78 – C E	98 – C E	118 – C E	138 – C E	158 – C E
19 – C E	39 – C E	59 – C E	79 – C E	99 – C E	119 – C E	139 – C E	159 – C E
20 – C E	40 – C E	60 – C E	80 – C E	100 – C E	120 – C E	140 – C E	160 – C E

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Mercado e o indivíduo consumidor

O apelo de Bauman ante uma responsabilidade moral (amparando-se em Lévinas e Logstrup) contrasta com a tendência social de uma “demanda ética teimosa e irritantemente silenciosa (porque inespecífica), (...)” (BAUMAN, 2008, p. 116). Como no exemplo da proliferação dos radares no meio urbano. A lógica do discurso de poder é que eles impedem o enorme número de acidentes. Mas sabe-se que há também (ou exclusivamente) uma preocupação em se arrecadar proventos com o desvio de conduta do motorista.

Pela lógica cínica do poder o desvio ético gera dividendos ao erário do poder constituído. O diagnóstico de Bauman da citada sociedade de consumo corresponde a um acréscimo ao individualismo que obscurece as possibilidades de gênese de um sujeito moral. Esse avanço do individualismo é traduzido pela “substituição da “responsabilidade pelos outros” por uma “responsabilidade perante si próprio”. Nos escritos de Bauman há uma ênfase crítica ante essa entidade social que se denomina de “consumidor”. Essa é uma das condições da vida pós-moderna, ou seja, o avanço extraordinário da sociedade de consumo que Bauman qualifica de “mundo líquido-moderno dos consumidores”. Tal mundo apresenta-se com algumas características. Primeiro, o que se entende por “ideologia” pode ser considerado como as estratégias de marketing que objetivam não só o aumento das vendas, mas também em produzir um ótimo consumidor.

Dagmar Manieri. *O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman* (Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/articloe/view/6087>>)

No que concerne aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Infere-se do texto que, de acordo com o pensamento de Bauman, o “consumidor” tem por característica uma lógica individualista, em detrimento do sujeito moral.
02. Seriam mantidos os sentidos e a correção do texto, caso o último período do segundo parágrafo fosse assim reescrito: Porquanto se saiba que exista uma preocupação, quase que exclusiva, em garantir proventos a partir de um desvio na conduta do motorista.

03. A preposição “ante” em “O apelo de Bauman ante uma responsabilidade moral...” (1º parágrafo) expressa uma ideia de conformidade.

04. A inclusão da vírgula logo após “Pela lógica cínica do poder” (2º parágrafo) manteria a correção gramatical.

05. A oração “que obscurece as possibilidades de gênese de um sujeito moral” (2º parágrafo) exerce função de predicativo do objeto de “a um acréscimo ao individualismo”.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as disposições contidas na Lei 14.133/2021, bem como nas Leis 9.784/1999 e 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

06. A alienação de bens imóveis, inclusive aqueles pertencentes a autarquias e fundações, dependerá de avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

07. Segundo a Lei 14.133/2021, o julgamento das propostas dos licitantes ocorre, em regra, após a fase de habilitação.

08. **Situação hipotética:** Suponha que o interessado em determinado processo administrativo encontrasse irredimido após tomar ciência da decisão final tomada pela Administração. **Assertiva:** À luz do disposto na Lei federal 9.784/1999, em regra o interessado terá o prazo de dez dias para recorrer, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão, sendo que a Administração terá o prazo máximo de trinta dias para decidir o recurso, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

09. Por força dos princípios da publicidade e da cooperação, todos os atos de um processo administrativo devem ser objeto de intimação do interessado.

10. Havendo a possibilidade de solução consensual em uma ação civil pública por improbidade administrativa, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a noventa dias.

Tomando por base as disposições constitucionais sobre agentes públicos, bem como as lições acerca dos poderes e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

11. Aos agentes políticos ocupantes de cargos eletivos aplica-se o regime próprio de previdência social.

12. Situação hipotética: Nos últimos anos o Estado Alfa não concedeu qualquer tipo de correção ou reajuste remuneratório aos seus servidores, em prejuízo do poder aquisitivo das remunerações do funcionalismo. **Assertiva:** Considerando o princípio da irredutibilidade material do salário, é possível concluir que o Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Estado Alfa.

13. Diferentemente da excoercedade, a exigibilidade encontra-se presente em todas as medidas de polícia.

14. O registro representa ato negocial e vinculado, por meio do qual a Administração reconhece o cumprimento de condições legalmente impostas, a exemplo do registro de um sindicato perante o Ministério do Trabalho.

15. Pelo critério funcional, ato administrativo é somente aquele praticado no exercício concreto da função administrativa, podendo ser editado por órgãos do Poder Executivo ou pelos órgãos judiciais e legislativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, nos termos expressos na Constituição Federal e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo.

16. Caso: João é brasileiro naturalizado, tem 33 anos de idade, no pleno gozo dos direitos políticos, filiado a partido político, residente e domiciliado em João Pessoa, local em que vota, deseja disputar um mandato eletivo. **Assertiva:** João preenche, em tese, os requisitos para concorrer a Governador, mas não poderia se candidatar a Presidente da República.

17. A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

18. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a Constituição Federal, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, a determinação de que as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas.

Acerca da eficácia das normas constitucionais, de acordo com a doutrina clássica, analise o próximo item.

19. O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional, na clássica definição de José Afonso da Silva, é de eficácia plena, uma vez que a Constituição Federal não estipulou nenhuma reserva legal ao dispositivo.

A respeito da Organização do Estado, analise o próximo item.

20. Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

Acerca da Organização dos Poderes e do processo legislativo, julgue os itens abaixo.

21. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. Entretanto, a lei complementar tem reserva constitucional de assunto e quórum mais alto de aprovação que a lei ordinária, de maneira que não cabe à Constituição estadual atribuir à lei complementar assunto que a Lei Maior não fez a reserva para a espécie normativa.

22. Situação hipotética: João, deputado federal eleito em 2018, foi acusado de não ter declarado à Justiça Eleitoral quantia volumosa de doações para a sua campanha. Há notícia de que as tais doações são frutos de atividades empresariais ilícitas. Pela conduta, foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal. **Assertiva:** Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas, motivo pelo qual a competência para processar e julgar João é da primeira instância da Justiça Eleitoral.

23. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

24. Por delegação do Presidente da República, poderá o Procurador-geral da República conceder indulto.

A respeito do controle de constitucionalidade, analise os itens abaixo.

25. A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos e nenhuma delas admite desistência.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

26. O empresário deve fazer a inscrição de seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis, porém, em relação à instituição de sucursal, filial ou agência analise o item a seguir:

"A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, ao pequeno empresário, à microempresa e à empresa de pequeno porte quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes."

27. Sobre as sociedades personificadas e não personificadas:

Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto nas regras legais aplicáveis às sociedades em conta de participação, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples, sabendo-se que nesse tipo de sociedade todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.

28. Na legislação pátria há tratamento específico sobre sociedade limitada, quando ao tema em vigor analise a questão:

" A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização e o administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.

29. Sobre o Conselho Fiscal das Sociedades Anônimas analise:

"A companhia terá um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre seu funcionamento, de modo permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, sendo composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembléia-geral de maneira que a função de membro do conselho fiscal é indelegável."

30. Sobre o consórcio, analise o item abaixo à luz da legislação societária em vigor:

"As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, sendo que o consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade."

DIREITO CIVIL

Géssica Ehle

31. A capacidade *in abstracto*, ou capacidade de direito, pode ser compreendida como a aptidão genérica para titularizar direitos e contrair obrigações.

32. De acordo com o Código Civil, a falta de patrimônio suficiente para que a sociedade possa solver suas obrigações é requisito suficiente para a imediata desconsideração da personalidade jurídica.

33. O direito subjetivo patrimonial do sujeito restará extinto quando operada a decadência.

34. O domicílio da pessoa jurídica é sempre o lugar indicado como o da sua sede no ato constitutivo.

35. Acerca do adimplemento das obrigações, o terceiro não interessado que paga dívida ainda não

vencida em seu próprio nome, não se sub-roga nos direitos do credor, porém terá reembolso imediato do valor despendido.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

36. Considera-se que há crime impossível, ou tentativa inidônea, quando é impossível consumar-se o crime, pela impropriedade do objeto ou pela ineficácia do meio, sejam elas absolutas ou relativas.

37. O crime de descaminho é considerado um crime material, sendo necessário, para sua consumação, que haja a constituição definitiva do crédito tributário pelo competente lançamento fiscal.

38. Se determinado agente público, ocupante de cargo em comissão na SEFAZ-AL, se apropriar de bem particular do qual tinha a posse em razão do cargo, estará caracterizado o crime de peculato, devendo ainda sua pena ser aumentada em um terço.

39. O cartão de crédito e o cartão de débito são equiparados a documento particular para fins penais, por expressa previsão legal, de forma que a falsificação material destes objetos configura crime de falsificação de documento particular.

40. Aquele que expõe à venda, no exercício de atividade comercial, mercadoria na qual fora aplicado selo de controle tributário falsificado, pratica crime contra a fé pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Fábio Dutra**

41. Sobre a contribuição de melhoria, analise a seguinte situação abaixo, e ao final, julgue a assertiva sobre a possibilidade de instituição dessa espécie tributária pelo Município X:

Assertiva: Obra pública realizada pelo Município X que possibilitou aumento de fluxo de veículos em determinada região, ocasionando forte crescimento no faturamento do comércio da região. O Município X pode instituir contribuição de melhoria nesta situação.

42. A CF/88 impede que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como antes de decorridos noventa dias da publicação da referida lei. O Imposto sobre produtos industrializados é um tributo que se submete apenas ao princípio da anterioridade nonagesimal, isto é, que constitui exceção ao princípio da anterioridade anual.

Relativamente à imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, julgue as assertivas a seguir:

43. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil é aplicável apenas aos impostos.

44. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil alcança as operações de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

45. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil alcança os suportes materiais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

Acerca das características da competência tributária, julgue as assertivas a seguir:

46. O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

47. O exercício da competência tributária pelo ente federativo é compulsório, uma vez que a CF/88 determina que sejam instituídos todos os tributos cuja competência seja atribuída aos respectivos entes federativos.

48. A Constituição Federal determina que lei complementar regule a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

49. Acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), julgue a assertiva a seguir: O ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o donatário, ou ao Distrito Federal.

50. Entre os arts. 157 e 162 da CF, foram disciplinadas as regras constitucionais de repartição das receitas tributárias. É correto afirmar que 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais porventura instituídos pela União deve ser repartido com os Estados e Distrito Federal.

51. As resoluções do Senado Federal são consideradas fontes primárias do direito tributário.

52. O responsável pelo tributo devido é terceira pessoa que esteja de algum modo vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação tributária, tendo sua obrigação decorrente da lei.

53. A solidariedade tributária deve ser sempre prevista na lei do ente tributante, não bastando o interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

- 54.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em face de nova interpretação da norma aplicável ao lançamento.
- 55.** Na falência, créditos com privilégio especial possuem preferência sobre o crédito tributário.
- 56.** De acordo com a Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal podem instituir as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, em se tratando de órgãos reguladores estaduais e/ou distritais.
- 57.** É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- 58.** Entende o STF que a imunidade recíproca alcança empresas públicas prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas, desde que a atividade seja explorada mediante regime de monopólio.
- 59.** É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- 60.** A autoridade administrativa poderá desfazer atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- 61.** José, hipotético contribuinte único sócio e administrador da empresa JOSEANTONIO EIRELI, que fabrica calçados infantis, começa a vender os seus produtos a partir de determinado momento, com emissão de nota fiscal em valores subfaturados, deixando de cumprir suas obrigações tributárias perante a Fazenda Pública. Ao iniciar um procedimento fiscal para averiguar a irregularidade, o auditor fiscal constata que no endereço de cadastro da empresa não existe nenhuma fábrica, não havendo qualquer comunicação ao Fisco quanto ao seu novo domicílio fiscal. Neste caso, após a lavratura do auto de infração e posterior cobrança fiscal, a jurisprudência do STJ admite que haja o redirecionamento da execução fiscal para o Sr. José.
- 62.** Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, desde que, neste último caso, a atribuição de responsabilidade tributária a terceiros ocorra por expressa disposição legal.
- 63.** Em se tratando de tributo lançado por homologação, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se, como regra, a partir da data do fato gerador da obrigação principal.
- 64.** Determinado Município publicou uma lei concedendo isenção de 5 anos referente ao IPTU para as empresas que se instalarem em seu território e gerarem, no mínimo 20 empregos diretos. Após 2 anos da publicação da lei, diversas empresas aderiram ao benefício legalmente previsto, ocorrendo a troca da administração municipal pelas eleições. Em tal situação, não se admite que haja revogação das isenções já concedidas pelo Município.

65. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no CTN como de indicação obrigatória no termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

66. Situação hipotética: A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Assertiva: O valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária "X" reconheceria como provisão será de R\$ R\$ 252.500,00.

67. As receitas realizadas, mas não recebidas dentro do exercício, provocam, para a empresa que contabiliza suas operações, pelo regime de caixa, um ativo menor que o real e um lucro menor que o real.

68. Situação hipotética: A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. **Assertiva:** Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de R\$ 930,00.

69. Situação hipotética: A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. **Assertiva:** O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi R\$ 3.000,00.

70. Os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

71. A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

72. De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

73. A respeito do que dispõe o CPC 18 (R2), que trata de Investimentos em Coligadas e em Controladas, analise a assertiva a seguir.

Tanto a mais-valia de ativos líquidos quanto o ágio por rentabilidade futura integram o saldo contábil do investimento desde o seu reconhecimento inicial.

74. Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu custo histórico e estará sujeito à análise anual quanto à sua recuperabilidade.

75. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Luciano Rosa

76. Determinado item de custo cujo valor unitário se altere a cada período em função do volume produzido é um custo fixo.

77. A empresa KLR fabrica um único produto e utiliza o custeio por absorção. Ela possui custos fixos gerais de produção de R\$ 480 mil, custos gerais variáveis de produção de R\$ 5 por unidade, despesas gerais fixas de R\$ 150 mil, despesas de administração e venda variáveis de R\$ 3 por unidade comercializada, e custos diretos, todos variáveis, de R\$ 7 por unidade.

Assertiva: Nesse caso, o custo unitário de R\$ 22 será atingido quando a empresa produzir 60 mil unidades do produto.

78. A empresa SemFrete Ltda utiliza um caminhão para transportar a compra de matéria prima, em grande quantidade; e usa cinco furgões Fiorinos para entrega de produto acabado aos clientes. A depreciação de todos os veículos é incluída no custo da produção mensal.

79. A empresa LucrAtiva Ltda atingiu seu ponto de equilíbrio ao vender 10 mil unidades de seu único produto. Seus custos e despesas fixas somaram R\$ 200.000. Assertiva: Nessa situação, se a empresa apurar um lucro, antes de impostos, de R\$ 50.000, ela terá obtido uma margem de segurança superior a 18%.

80. A tabela a seguir mostra os gastos realizados, no período X0, por determinada empresa industrial que fabrica apenas um tipo de produto. Essa empresa utiliza o custeio por absorção, sendo o objeto de custeio o produto fabricado.

custo/despesa	valor (em R\$)
Salários de vendedores	12.000
Salários do pessoal da fábrica	40.000
Salários da administração	23.000
Energia elétrica da fábrica	6.000
Embalagens do produto fabricado	8.000
Seguro do prédio da fábrica	5.000
Manutenção do prédio da fábrica	7.000
Matéria-prima consumida	150.000
Despesas financeiras	20.000
Depreciação dos equipamentos da fábrica	10.000
Material de escritório	3.000

Considerando apenas as informações da tabela acima, os custos de transformação da empresa somam R\$ 68.000.

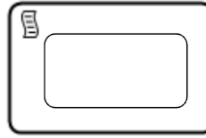
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

- 81.** Na espiral do conhecimento, a troca de ideias e do compartilhamento de experiências por meio de observações e/ou práticas é uma forma de transmissão chamada socialização.
- 82.** Quando dados são processados, organizados, estruturados e externalizados, o resultado é o conhecimento implícito.
- 83.** Dados não estruturados geralmente são guardados em bancos de dados relacionais.
- 84.** Open Data Barometer (ODB) é uma medida global de como os governos estão publicando e usando dados abertos para responsabilidade, inovação e impacto social.
- 85.** TCU propôs cinco motivos para os órgãos abrirem seus dados, sendo um deles a necessidade de coletar os dados diretamente na fonte, havendo apenas a necessidade de consolidação deles.
- 86.** Aos dados abertos é aplicado a exigência de atribuição da fonte original e compartilhamento pelas mesmas licenças em que as informações foram disponibilizadas.
- 87.** O BPM (Business Process Management) propõe ferramentas para o gerenciamento de processos de negócios e facilita a organização a atingir seus objetivos, colaborando com a sustentabilidade do negócio ao longo prazo.



- 88.** O símbolo representa um gateway inclusivo na notação do BPMN.



- 89.** O BPMN representa as tarefas por retângulos. Existem alguns tipos de tarefas e a imagem representa uma tarefa de regra de negócio.



- 90.** O sinal de início será utilizado quando houver uma comunicação, seja ela entre os níveis do processo, entre os pools ou entre os diagramas.

- 91.** Dentro de um processo, as informações produzidas por uma atividade podem ser usadas por outras atividades.

- 92.** O *Guide to the Business Process Management Body of Knowledge (BPM CBOK®)* define nove áreas de conhecimentos e duas perspectivas, sendo estas categorizadas em organizacional e de projeto.

- 93.** A representação das exceções, ocorrência de um fluxo diferente do fluxo natural do processo, é realizada por um círculo com borda dupla chamado de Gateway

- 94.** O Scrum Master é o responsável pelo gerenciamento do Sprint Backlog

- 95.** Os dados em um data warehouse são geralmente dados multidimensionais com atributos de medida/quantitativos guardados nas dimensões.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Carlos Henrique**

96. Em uma sala de certa empresa estavam reunidos dois gerentes, um diretor e três supervisores. Em seguida, entrou na sala mais uma pessoa, que pode ser gerente, diretor ou supervisor. Posteriormente, cinco pessoas saíram dessa sala. Sabe-se que duas das pessoas que saíram são gerentes, e que na sala não restou nenhum diretor após a saída das cinco pessoas.

Julgue o item seguinte:

Em relação às pessoas que restaram na sala, é correto afirmar que, necessariamente, ao menos uma é supervisora

97. Arnaldo, Beatriz, Carlos, Denise e Evaldo chegaram a uma reunião em momentos diferentes. Sabe-se que:

- Beatriz e Denise chegaram depois de Arnaldo;
- Carlos e Evaldo não chegaram antes de Beatriz;
- Beatriz e Carlos chegaram antes de Denise;
- apenas uma dessas pessoas chegou depois de Carlos.

Julgue o item seguinte:

Há exatamente uma pessoa entre Arnaldo e Carlos.

98. Em um jogo de pôquer, independentemente do valor das fichas, uma ficha preta equivale a 5 fichas verdes, uma verde equivale a duas azuis, uma azul equivale a 2 vermelhas e uma vermelha a 5 brancas.

Julgue o item seguinte:

Dessa forma, 8 fichas verdes são equivalentes a 1 preta, 5 azuis e 1 vermelha

99. Considere que um agente federal, ao interrogar Carla e Joana, já sabia que, na quadrilha à qual estas pertenciam, os membros ou falavam sempre a verdade ou sempre mentiam. Considere, ainda, que, no interrogatório, Carla disse: Joana só fala a verdade, e Joana disse: Carla e eu somos de tipos opostos. Nesse caso, com base nessas declarações, seria correto o agente federal concluir que Carla e Joana mentiram.

100. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz.

Julgue o item seguinte:

Sabendo-se que João é feliz, podemos concluir que a minha casa não é azul e o meu gato mia.

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**Eduardo da Rocha**

101. A matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da lide deverá ser alegada de uma só vez.

102. Não é possível impugnar o indeferimento de petição que tenha sido declarada intempestiva.

103. A intimação poderá ser feita por Edital, publicado no Diário Oficial do Estado, considerando-se realizada a intimação 05 (cinco) dias após a publicação do Edital.

104. O prazo para apresentação de impugnação, contado da data da intimação, é de 30 dias.

105. O prazo para a Representação Fiscal produzir a sua manifestação, por ocasião da apresentação da impugnação pelo sujeito passivo, é de 15 dias.

106. Cabe ao Secretário Executivo da Fazenda decidir em sede de reexame necessário da decisão que deferir pedido de restituição de quantia superior a 200 UPFAL.

107. É considerada doação, para fins de incidência do ITCD, a retratação do contrato de doação que já houver sido lavrado e transcrito.

108. O ITCD é devido a Alagoas, tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, inclusive os que se encontrem em outro Estado, quando em Alagoas tiver sido o último domicílio do *de cujus*, em se tratando de inventário processado por escritura pública em outro Estado.

109. Tratando-se de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo do ITCD é determinada por sua cotação de fechamento na Bolsa de Valores na data da transmissão.

Acerca da antecipação tributária no Estado de Alagoas e de acordo com os ditames da lei 6.474/04, julgue os itens 110 a 112.

110. O imposto a ser antecipado será calculado aplicando-se, sobre o valor da operação constante da respectiva Nota Fiscal de aquisição, o percentual referente à diferença entre a alíquota do ICMS concernente às operações internas em Alagoas e a alíquota de 12%.

111. A antecipação não encerra a fase de tributação.

112. O regime de antecipação previsto na lei 6.474/04 não se aplica às mercadorias sujeitas à substituição tributária.

Acerca da lei 5.900/96, que dispõe sobre o ICMS no Estado de Alagoas, julgue os itens 113 a 124.

113. Há isenção para operações de saída de mercadoria destinada a armazém geral situado em Alagoas, para depósito em nome de remetente alagoano.

114. O benefício fiscal concedido através de Convênio ICMS autorizativo passa a vigorar no Estado de Alagoas na data nele prevista:

115. No fornecimento de refeições em bares fica determinada a carga tributária de 4% do ICMS em substituição aos créditos normais do imposto, independente de opção do contribuinte

116. Fica suspenso o lançamento do imposto na operação com mercadoria componente do estoque do estabelecimento, de um lugar para outro dentro do Estado, em decorrência da mudança de sua localização.

117. Quando o preço declarado pelo contribuinte for inferior ao de mercado, o Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas pode determinar, em ato normativo, que a base de cálculo do imposto seja o preço corrente da mercadoria ou, na sua falta, o preço de produção ou de aquisição mais recente, acrescido de percentual de margem de comercialização.

118. A alíquota de ICMS é de 29% para serviços de telecomunicação.

119. Podem ser considerados contribuintes do ICMS o órgão da administração pública direta, a autarquia, as empresas públicas federal, estaduais ou municipais e a fundação instituída e mantida pelo Poder Público que vendam, ainda que apenas a comprador de determinada categoria profissional ou funcional, mercadoria que, para esse fim, adquirirem ou produzirem.

120. O contribuinte efetuará o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta ou beneficiada com redução de base de cálculo, sendo o estorno, neste caso, proporcional à redução, e esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.

121. As quantias indevidamente recolhidas aos cofres do Estado, serão restituídas, atualizadas monetariamente, a requerimento do contribuinte, ainda que este não comprove que o respectivo encargo financeiro não foi transferido a terceiros ou, no caso de tê-lo recebido de outrem, estar por este devidamente autorizado a recebê-la.

122. O cancelamento ou a baixa da inscrição não implicam quitação de quaisquer débitos porventura existentes.

123. O Regime Especial de Controle de Fiscalização será determinado por ato do Secretário de Estado da Fazenda e poderá consistir na obrigatoriedade do pagamento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias ou prestações de serviços, inclusive do imposto devido por substituição tributária a cada operação ou prestação ou em outro momento ou prazo previsto na regulamentação do imposto.

124. Mercadorias apreendidas ou abandonadas, quando inexistir lide judicial ou, em sede administrativa, o contribuinte não tenha revelado interesse pelas mesmas e quando não atendidos pelo contribuinte os prazos para apresentar impugnação ou sanar irregularidades, poderão vendidos, mediante leilão a pessoas físicas, para uso ou consumo.

Acerca do Programa Contribuinte Arretado, instituído em Alagoas pela lei 8.085/2018, julgue os itens 125 e 126.

125. Ficam garantidos ao contribuinte alcançado pelo Programa Contribuinte Arretado, na forma e condições estabelecidas em regulamento, a autorização de procedimentos simplificados para restituição de ICMS.

126. Entre as premissas do programa encontram-se a diminuição do tempo gasto pelos contribuintes no cumprimento das obrigações tributárias, a simplificação da relação fisco-contribuinte; e a participação de contribuintes e organizações privadas na construção de soluções.

Acerca do IPVA no Estado de Alagoas, julgue os itens 127 a 130.

127. Ocorre o fato gerador do IPVA, no caso de veículo novo, na data da aquisição por concessionária para revenda.

128. A alíquota do IPVA para veículos elétricos é de 2%.

129. Somente o Secretário Adjunto da Receita Estadual e o titular da Procuradoria da Fazenda Estadual são competentes para autorizar o parcelamento de IPVA.

130. São isentos de IPVA as embarcações e aeronaves com 15 ou mais anos de fabricação.

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Sant'Anna

Considerando a Norma Técnica para Amostragem de Auditoria, julgue os itens a seguir

131. Para estabelecer a amostra de auditoria e determinar o seu tamanho na realização dos testes substantivos, o auditor, considerando as características de uma população, deve fazer uma avaliação da taxa esperada de desvio com base no seu entendimento dos controles relevantes ou no exame de uma pequena quantidade de itens da população

132. Quanto mais o auditor confia em outros procedimentos substantivos, tais como testes de detalhes ou procedimentos analíticos substantivos, para reduzir a um nível aceitável o risco de detecção relacionado com uma população em particular, menos segurança ele precisa da amostragem e, portanto, menor deve ser o tamanho da amostra

133. Na avaliação do resultado da amostragem de auditoria, no caso de testes de detalhes, a distorção anômala, quando houver, mais a distorção projetada é a melhor estimativa de distorção na população a ser feita pelo auditor.

134. Para os testes de detalhes, uma taxa de desvio da amostra inesperadamente alta pode levar a um aumento no risco identificado de distorção relevante, a menos que sejam obtidas evidências adicionais de auditoria que comprovem a avaliação inicial.

135. Para os testes de controles, o valor de distorção inesperadamente alto em uma amostra pode levar o auditor a acreditar que uma classe de operações ou o saldo de uma conta está distorcido de modo relevante, na ausência de evidências adicionais de auditoria de que não há distorções relevantes.

136. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características homogêneas, sendo a população, na execução dos testes de detalhes, estratificada geralmente pelo valor monetário, pois isso permite que o trabalho de auditoria possa ser direcionado para os itens de maior valor, uma vez que esses podem conter maior potencial de distorção em termos de superavaliação.

137. A seleção de itens de uma população feita de maneira direcionada pelo auditor não pode caracterizar amostragem do tipo estatística.

Em relação à auditoria da conta contábil de estoque mercadorias do ativo circulante, julgue os itens seguintes

138. Considerando-se o método das partidas dobradas, é possível que quando a conta de ativo estoques de mercadorias esteja superavaliada (teste principal), a conta de fornecedores a pagar esteja também superavaliada (teste secundário)

139. Se a administração, após examinar uma classe de transações, saldos contábeis ou divulgação, corrigiu distorções que foram detectadas pelo auditor nas contas contábeis de estoque, o auditor deve executar procedimentos adicionais de auditoria para determinar se continua havendo distorções

140. Quando se realizam testes subavaliação da conta receita de vendas, os testes são geralmente orientados também às contas de ativo: por exemplo, é possível que, quando a conta de receita esteja subavaliada (teste principal), as contas de ativo circulante – caixa, bancos ou contas a receber – estejam também subavaliadas (teste secundário), o que pode ser causado pela não contabilização de uma venda realizada.

141. Se a administração se recusar a corrigir algumas das distorções reportadas pelo auditor nas contas de estoque de mercadoria, ele deve obter o entendimento sobras as razões pelas quais a administração decidiu não efetuar as correções, considerando esse entendimento ao avaliar se as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes.

142. A observação de contagens físicas constitui exemplo de testes substantivos de auditoria de estoques.

No que diz respeito à auditoria independente das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem

143. Os papéis de trabalho representam a documentação, em meio físico ou eletrônico, que contém as informações e os registros preparados pelo auditor ou a ele fornecidos no curso dos trabalhos, para fundamentar a emissão de opinião. No caso de auditorias realizadas em períodos consecutivos, pode-se reutilizar alguns papéis de trabalho, se atualizados.

144. O planejamento da auditoria inicia-se depois de finalizada a fase de avaliação para a contratação dos serviços e é concluído após as atividades preliminares.

145. O auditor deve planejar seu trabalho considerando o risco da ocorrência de fraudes e erros. Caracteriza erro a aplicação de ajustes indevidos de premissas para estimar saldos contábeis.

146. O auditor deve seguir regras e procedimentos de supervisão e controle de qualidade com o propósito de garantir aos usuários de seus serviços total certeza de que o trabalho foi executado de acordo com as normas.

147. Ao detectar passivo a descoberto, o auditor deve, obrigatoriamente, registrar em seu relatório que esses fatores constituem risco de continuidade operacional, apresentando seus efeitos sobre a entidade.

Julgue os itens a seguir

148. Se as informações a serem utilizadas como evidência de auditoria forem elaboradas com a utilização de um especialista da administração, o auditor deve, dentre outros, considerar avaliar a competência, as habilidades e a objetividade do especialista e obter entendimento de seu trabalho.

149. Existe o risco de que a parte que confirma possa responder à solicitação de confirmação positiva enviada pelo auditor sem verificar se as informações estão corretas. Tal risco é reduzido por meio do uso de solicitações de confirmação positiva “em branco”, que não determinam o valor (ou outra informação) na solicitação de confirmação, e pedem que a parte que confirma preencha o valor ou forneça outra informação.

150. Os procedimentos analíticos incluem, por exemplo, levar em consideração comparações de informações contábeis e financeiras da entidade, o que não inclui informações de entidades do mesmo setor de atividade.

Em relação à responsabilidade do auditor em relação à fraude, julgue os itens a seguir:

151. A fraude, seja na forma de informações contábeis fraudulentas ou de apropriação indevida de ativos, envolve o incentivo ou a pressão para que ela seja cometida, uma oportunidade percebida para tal e alguma subjetividade relativa ao ato.

Julgue os itens a seguir, de acordo com os objetivos gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria:

152. A auditoria não é uma investigação oficial de suposto delito. Portanto, o auditor não recebe poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para tal investigação.

153. A auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança, tenham conhecimento e entendido que eles têm responsabilidades pela aplicação de testes e procedimentos que verifiquem a efetividade operacional do controle interno necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis que estejam livres de distorção relevante.

No que se refere à auditoria para os Estoques, julgue os itens a seguir:

154. Se o acompanhamento da contagem física dos estoques for impraticável, o auditor deve aplicar procedimentos alternativos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque. Se isso não for possível, o auditor deverá emitir uma opinião não modificada.

155. Se o estoque é custodiado e controlado por terceiros, independentemente da relevância, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque. Isso pode ocorrer, por exemplo, pela solicitação de confirmação do terceiro quanto às quantidades e condições do estoque em nome da entidade por ele mantido.

Texto: Ao examinar os livros e registros contábeis da empresa, o Auditor-Fiscal constatou que havia um saldo de R\$ 90.000,00 na conta do Passivo Circulante, denominada Empréstimos e Financiamentos. Verificou, ainda, que os únicos dois lançamentos na conta foram o relativo à contratação, em que a empresa constituiu uma dívida de R\$ 120.000,00; e um outro registro, no valor de R\$ 30.000,00, referente ao pagamento de uma parcela da dívida. Em procedimento de circularização com a instituição financeira, concluiu que a dívida contraída se referia a um empréstimo para obtenção de capital de giro, a ser pago em quatro parcelas de R\$ 30.000,00 cada, e que todas elas haviam sido pagas ao banco, em dinheiro e na mesma data.

Acerca da situação acima reportada, julgue os itens a seguir:

156. No caso em tela, o auditor fiscal constatou a existência de um passivo fictício, o que pode configurar hipótese de presunção legal de omissão de receita.

157. No caso em questão, o auditor deve relatar a ocorrência de um ativo oculto, uma vez que a obrigação não mais existe na realidade.

Ao apurar divergências fiscais, utilizando sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) e nos leiautes da EFD e da NFe, o auditor precisou levantar algumas informações específicas. Nesse contexto, julgue os itens a seguir.

158. Em busca de informações sobre o Controle de Crédito do Ativo Permanente – CIAP, o auditor agiu corretamente ao analisar os registros do Bloco H da EFD.

159. Considerando que todas as saídas são tributadas, o auditor fiscal reportou uma divergência ao constatar que o contribuinte sob ação fiscal aproveitou-se do crédito decorrente da entrada, no estabelecimento, de bem para o ativo permanente na proporção de 1/48 por mês, a partir do período em que ocorreu a entrada do bem no estabelecimento.

160. O Auditor Fiscal do Estado de Alagoas somente poderá examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-05-09-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>